



Boletim do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal de SC - Filiado à FENAJUFE - nº 783 - 02.03.07

Sintrajusc cobra solução para reenquadramento no TRT/12

A Administração do TRT/12 já tem o levantamento do número de servidores que são atingidos pelo reenquadramento previsto no artigo 22 da Lei 11.416/06 (PCS). São aproximadamente 200 servidores nessa situação. A questão do reenquadramento diz respeito aos servidores que fizeram concurso antes do PCS de 1996, mas foram nomeados depois da entrada em vigor do projeto. O artigo 22 da lei 11.416/06 prevê a regularização da situação, que provoca distorção em relação aos servidores aprovados no mesmo concurso, mas nomeados antes do PCS.

Conforme o juiz presidente do TRT, Jorge Luiz Volpato, a situação dos servidores será analisada caso a caso, já que vários elementos devem ser levados em consideração para o reenquadramento. As considerações do presidente do TRT/12 foram feitas durante a tarde de quarta-feira, 28/2, durante reunião com representantes da coordenação do Sintrajusc. Pelo Sindicato, estavam presentes Denise Zavarize, coordenadora geral, e Adriana Maria Ramos e Neila Ávila de Souza, diretoras.

O Sindicato convocou a audiência porque, em virtude da falta de informações por parte do Tribunal, vários servidores ligam para o Sindicato, querendo saber como devem proceder. Muitos inclusive levantando a possibilidade de mover ação judicial para resolver o caso. Na reunião de quarta, o presidente fez um alerta: segundo ele, o caminho judicial não é a melhor alternativa, já que a situação está se decidindo pela via administrativa. O

presidente quer que o Sintrajusc participe das reuniões que vão definir a situação dos servidores. Ao mesmo tempo, lembrou que não dá para aplicar uma solução padrão para o reenquadramento, pela diferença de situação de cada servidor. E também que não dá para aplicar as soluções encontradas por outros Tribunais, já que as situações também nesse caso são diferenciadas. No TRE/SC, por exemplo, foi editada a Portaria nº 38/2007, que reenquadrou 12 servidores, em obediência ao art. 22 da Lei nº 11.416/2006. Na Justiça Federal de Santa Catarina, ainda não há decisão pelo reenquadramento. Na JF, cinco servidores estão aguardando a decisão.

A partir de hoje, o Tribunal promete intensificar as informações repassadas aos servidores. Em vários momentos, durante a audiência, o juiz Volpato reconheceu que neste caso específico do reenquadramento está havendo um problema de comunicação com os servidores, por parte da Administração.

GAS e GAE

Além do reenquadramento, outras questões decorrentes do PCS também foram discutidas na audiência de quarta. Diferente do reenquadramento, que é auto-aplicável, outros artigos dependem de regulamentação. É o caso das gratificações dos Agentes de Segurança (GAS) e dos Oficiais de Justiça (GAE). A este respeito, o juiz Volpato afirmou que tem de esperar a regulamentação do PCS para que, a partir das definições legais que especifiquem custos, cursos de qualificação e critérios para avaliar os requisitos para a concessão das

gratificações, possa tomar as medidas com relação ao pagamento.

FCs

O presidente do TRT/12 afirmou sua disposição de, na medida em que vagarem funções, em especial as de Executantes de Mandados, priorizar a primeira instância para a sua distribuição, inserindo esta atitude na política de valorização da Justiça de 1º grau.

Horas extras

Reclamações de que há servidores com muitas horas extras acumuladas, sem recebê-las, também chegaram ao conhecimento do Sindicato, que levou a desconformidade dos servidores à Administração do Tribunal. As informações dão conta de que os servidores estão acumulando horas em um banco de horas, instituído sem suporte legal. Reunião entre a Administração do Tribunal e o Sintrajusc foi agendada para o dia 3 de abril, para discutir especificamente a questão das horas extras.

Guarita

Por fim, o Sintrajusc também levou ao conhecimento da Administração do TRT/12 as reclamações dos servidores que atuam na guarita do Tribunal. Há problema de espaço físico, de goteiras e insalubridade. O presidente prometeu encaminhar uma solução imediata para o caso. O Sindicato lembrou que esta, como outras questões, diz respeito à saúde do servidor, e que está preparando uma extensa programação neste ano tratando justamente deste tema.